



ACÓRDÃO Nº817/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11548/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru – FUNPREVIM.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Ronaldo Gomes Pereira (Ordenador de Despesa), Jucimar Fonseca da Silva (Ordenador de Despesa), Marcelino Aguiar da Cunha (Ordenador de Despesa), Ailton Santos Andrade (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº N. 5502/2019-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM. Exercício de 2018.

<i>Regularidade.</i>	<i>Regularidade</i>	<i>com ressalvas.</i>
<i>Irregularidade.</i>	<i>Multa.</i>	<i>Recomendação.</i>
<i>Determinação.</i>		

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do **Fundo Previdenciário do Município de Manacapuru – FUNPREVIM**, exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. **Marcelino Aguiar da Cunha (de cujus)**, gestor no período de 14/01/2018 a 15/03/2018, dando quitação plena aos sucessores do extinto responsável, nos termos do art. 22, inciso I, c/c art. 23 ambos da Lei nº 2423/96.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Fundo Previdenciário do Município de Manacapuru – FUNPREVIM**, exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. **Ailton Santos Andrade**, gestor no período de 01/01/2018 a 13/01/2018, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2423/96.
- 10.3. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Fundo**



ACÓRDÃO Nº817/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Previdenciário do Município de Manacapuru – FUNPREVIM, exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. **Jucimar Fonseca da Silva**, gestor no período de 19/03/2018 a 29/08/2018, nos termos do art. 22, inciso III, “b” da Lei nº 2423/96.

10.4. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Fundo Previdenciário do Município de Manacapuru – FUNPREVIM, exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. **Ronaldo Gomes Pereira**, gestor no período de 30/08/2018 a 31/12/2018, nos termos do art. 22, inciso III, “b” da Lei nº 2423/96.

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Ailton Santos Andrade, gestor do FUNPREVIM no período de 01/01/2018 a 13/01/2018, no valor de **R\$ 1.706,80** (Hum mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), pela impropriedade remanescente na restrição 06 do Relatório Conclusivo nº 39/2019-DICERP (fls. 3149/3187) e deste Relatório/Voto, com base no art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, com redação dada pela Resolução n. 04/2018 - TCE/AM.

10.5.1. Fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, acima registrado, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.6. Aplicar Multa ao Sr. Jucimar Fonseca da Silva, gestor do FUNPREVIM no período de 19/03/2018 a 29/08/2018, no valor de **R\$**



ACÓRDÃO Nº817/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13.654,39 (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), pelas impropriedades remanescentes nas restrições 02, 04, 05, 06, 09, 10, 15 e 16 do Relatório Conclusivo nº 39/2019-DICERP (fls. 3149/3187) e deste Relatório/Voto, com base no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, com redação dada pela Resolução n. 04/2018 - TCE/AM.

10.6.1. Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, acima registrado, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.7. Aplicar Multa ao Sr. **Ronaldo Gomes Pereira**, gestor do FUNPREVIM no período de 30/08/2018 a 31/12/2018, no valor de **R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), pelas impropriedades remanescentes nas restrições 02, 04, 05, 06, 09, 10, 15 e 16 do Relatório Conclusivo nº 39/2019-DICERP (fls. 3149/3187) e deste Relatório/Voto, com base no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, com redação dada pela Resolução n. 04/2018 - TCE/AM.

10.7.1. Fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, acima registrado, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de



ACÓRDÃO Nº817/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.8. Recomendar ao Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - Funprevim que:

- 10.8.1.** Mantenha a função de controle interno diretamente em sua estrutura organizacional (restrição 3);
- 10.8.2.** Providencie junto aos Poderes Municipais a lei autorizativa específica e o termo de acordo de parcelamento dos débitos das contribuições previdenciárias, acompanhado do comprovante de publicação e dos demonstrativos que discriminem, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado, o que será verificado pela próxima Comissão de Inspeção (restrição 11);
- 10.8.3.** Providencie, o envio a este Tribunal de Contas dos processos de aposentadoria e pensão concedidos, a cada nova concessão, para a devida autuação (restrição 12);
- 10.8.4.** Elabore relatórios detalhados, no mínimo trimestralmente, acerca da rentabilidade, dos riscos das diversas modalidades de operações financeiras e da aderência à política anual de investimentos (restrição 17);
- 10.8.5.** Envide esforços para a capacitação dos membros do conselho e demais servidores do fundo, a fim de que obtenham capacidade técnica para atuação no FUNPREVIM (restrição 18);
- 10.8.6.** Adote as providências necessárias para sanar a impropriedade sobre a realização de avaliação atuarial no fundo (restrição 19);
- 10.8.7.** Adote as providências necessárias para sanar a impropriedade sobre o não envio do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial à Secretaria de Previdência (restrição 20); e,



ACÓRDÃO Nº817/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.8.8. Realize a reavaliação atuarial em cada exercício financeiro a fim de equacionar o déficit atuarial (restrição 21).

10.9. Recomendar à próxima Comissão de Inspeção do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - Funprevim que:

10.9.1. Verifique a ausência do Conselho Municipal de Previdência na estrutura do Funprevim (restrição 1);

10.9.2. Verifique a lei autorizativa específica e o termo de acordo de parcelamento dos débitos das contribuições previdenciárias, acompanhado do comprovante de publicação e dos demonstrativos que discriminem, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado (restrição 11);

10.10. Recomendar à Prefeitura Municipal de Manacapuru que:

10.10.1. Ao registrar as provisões matemáticas previdenciárias nas demonstrações contábeis, observe as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público (restrição 7); e,

10.10.2. Realize a tempo e modo os repasses previdenciários a fim de não comprometer a receita do Funprevim (restrição 8).

10.11. Determinar à Secretaria do Pleno - SEPLENO que:

10.11.1. Extraia cópia dos autos, após julgamento, e encaminhe ao **Ministério Público Estadual – MPE** para adoção das medidas cabíveis quanto aos repasses das contribuições previdenciárias (restrição 10);

10.11.2. Extraia cópia dos documentos acostados às folhas 1149/2818 dos autos e remeta à **DICARP**, a fim de que a especializada verifique se os referidos processos de aposentadoria já tiveram sua autuação efetuada, e caso contrário, proceda a devida autuação (restrição 12);

10.11.3. Extraia cópia do Relatório/Voto e encaminhe ao **Sr. Ailton Santos Andrade**, ao **Sr. Jucimar Fonseca da Silva**, ao **Sr. Ronaldo Gomes Pereira** e ao atual gestor do Funprevim, juntamente com a decisão originada nestes autos a fim de que tenham ciência do teor das restrições que foram alvo de sanção/recomendação.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva,

